



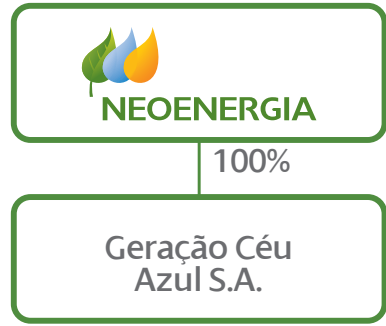
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2022, a Geração Céu Azul S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO CÉU AZUL

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A. A Companhia foi constituída em setembro de 2007 com a denominação "ZEUSPE Empreendimentos e Participações", havendo a alteração para atual denominação social ("Geração Céu Azul S.A.") em 31 de outubro de 2008. A Companhia possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu ("CEBI" ou "Consórcio"), foi constituído em 27 de agosto de 2013, mediante contrato de constituição, pelas Companhias Geração Céu Azul (consorciada Líder) com 70% de participação e COPEL Geração e Transmissão com 30% de participação, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. Porém só ao final de julho de 2014 a ANEEL anuiu o pedido de entrada da Copel no Consórcio. A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012. A usina entrou em operação em fevereiro de 2019, com a entrada em operação na primeira máquina e em abril com a totalidade das três máquinas que compõem a usina – com capacidade instalada de 350,2 MW e 172,4 MW médios de garantia física.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	190.121	157.296
Custos dos serviços		(89.208)	(85.497)
Custos com energia elétrica	4	(40.509)	(37.511)
Custos de operação	5	(48.699)	(47.986)
Lucro bruto		100.913	71.799
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(10.018)	(9.303)
Lucro operacional		90.895	62.496
Resultado financeiro	6	(36.391)	(41.229)
Receitas financeiras		12.536	4.268
Despesas financeiras		(49.223)	(45.446)
Outros resultados financeiros, líquidos		296	(51)
Lucro antes dos tributos		54.504	21.267
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(14.042)	(7.001)
Corrente		(10.551)	(4.735)
Diferido		(3.491)	(2.266)
Lucro líquido do exercício		40.462	14.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	40.462	14.266
Resultado abrangente do exercício	40.462	14.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado integralmente controlada pela Neoenergia S.A., que tem como propósito específico participar do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, com participação de 70%, tendo como sócio a Copel que detém os outros 30%. O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, que iniciou sua operação comercial em fevereiro de 2019. A energia é produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW. A energia assegurada de 172,8 MW médios foi revisada através da portaria PR 390/14 do Ministério de Minas e Energia e reduzida para 171,1 MW médios, a Geração Céu Azul recorreu da decisão e em 31 de dezembro 2018, foi publicada no Diário Oficial da União, a retificação à Portaria SPE/MME nº 11/2017, que define a garantia física da UHE Baixo Iguaçu em 172,4 MW médios. A 2ª e a 3ª unidades geradoras entraram em operação comercial em 08 de fevereiro de 2019. A 2ª e a 3ª unidades geradoras entraram em operação comercial em 21 de fevereiro de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativo é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (a) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de

Em 2022, foi gerado o montante bruto de 1.578.272,41 MWh. O índice de disponibilidade da Usina em 2022 foi de 98,05%; a Disponibilidade acumulada em 60 meses foi de 95,44% (ambas acima do valor de referência – 89,58%) e o índice de confiabilidade foi de 99,90%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	219.658	180.274	21,85
Receita Operacional Líquida	190.121	157.296	20,87
Margem Operacional Líquida	100.913	71.799	40,55
EBITDA	129.432	100.941	28,2
Resultado Financeiro	(36.391)	(41.229)	(11,73)
Lucro Líquido	40.462	14.266	183,63
Margem Operacional (%)	53,08%	45,65%	7,43
Margem EBITDA (%)	68,08%	64,17%	3,91
Margem Líquida (%)	21,28%	9,07%	12,21

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	1.962.869	1.975.210	(0,62)
Dívida Bruta	503.296	542.395	(7,21)
Dívida Líquida ⁽³⁾	401.080	449.206	(10,71)
Patrimônio Líquido	1.281.759	1.258.794	1,82

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	3,10	4,45	(30,37)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	3,56	2,45	45,17

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	40.462	14.266	26.196	183,63
Receitas financeiras (B)	12.536	4.268	8.268	193,72
Despesas financeiras (C)	(49.223)	(45.446)	(3.777)	8,31
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	296	(51)	347	(680,39)
Imposto de renda (E)	(14.042)	(7.001)	(7.041)	100,57
Depreciação (F)	(38.537)	(38.445)	(92)	0,24
EBITDA = A+(B+C)+D+E+F	129.432	100.941	28.491	28,23

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	40.462	14.266
Lucro líquido do exercício	40.462	14.266
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	38.537	38.445
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	117	90
Tributos sobre o lucro	14.042	7.001
Resultado financeiro, líquido	36.261	41.229
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF IAS 16 / CPC 27 - Energia de teste	(20.442)	(599)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(6.384)	5.489
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	1.289	(1.041)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	60	(656)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(2.393)	(1.596)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3.840)	(5.427)
Outros ativos e passivos, líquidos	8.013	(783)
Caixa líquidos proveniente das operações	105.722	96.418
Encargos de dívidas pagas	(40.743)	(37.125)
Rendimento de aplicação financeira	13.032	4.462
Pagamento de juros – Arrendamentos	(2)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	(15.234)	(5.034)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	62.775	58.718
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.470)	(7.391)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(10.470)	(7.391)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(41.733)	(41.626)
Depósitos em garantias	(1.506)	(414)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(39)	(24)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(43.278)	(42.064)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	9.027	9.263
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	93.189	83.926
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	102.216	93.189
Transações que não envolveram caixa:		
Adição, baixa e atualização de provisões capitalizadas	3.999	11.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.255.820	399	-	-	1.258.794
Resultado abrangente do exercício:					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.462	40.462
Transações com os sócios:					
Remuneração aos acionistas (nota 16.1.a)	-	-	-	-	(2.575)
Destinação do lucro líquido:					
Constituição de reservas de lucros (nota 16.2)	-	2.023	23.517	-	(25.540)
Remuneração aos acionistas (nota 16.1.a)	-	-	-	-	(14.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.255.820	2.422	23.517	-	1.281.759
Resultado abrangente do exercício:					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.266	14.266
Destinação do lucro líquido:					
Constituição de reservas de lucros (nota 16.2)	-	399	-	(399)	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.1.a)	-	-	-	-	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.255.820	399	-	2.575	(7.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.255.820	399	-	2.575	(5.000)

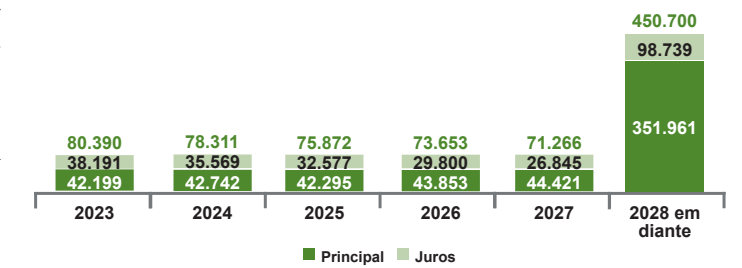
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de Inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado a possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13). (c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da di-

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortização linear.

GERAÇÃO CÉU AZUL (em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes (DELOITTE), com vigência iniciada em 01/03/2022 e prazo de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 66.362,40 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração Céu Azul S.A. ("Geração Céu Azul"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração Céu Azul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração Céu Azul. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração Céu Azul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	102.216	93.189
Contas a receber de clientes e outros	9	26.241	19.857
Outros ativos circulantes		1.039	765
Total do circulante		129.496	113.811
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar		284	1.080
Tributos sobre o lucro diferidos		238	3.729
Depósitos judiciais	15.1	41.650	46.472
Outros ativos não circulantes		2.865	2.885
Direito de uso		-	26
Imobilizado	10	1.774.083	1.782.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

CNPJ nº 09.136.819/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 3.2 Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
- 7.1.3 Tributos sobre o lucro diferidos
- 9.1 Contas a receber de clientes e outros
- 10.1 Imobilizado
- 15.1 Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Somente as alterações do IAS 16/ CPC 27 produziram impacto no resultado da Companhia, provocada pela reclassificação do "Ativo imobilizado" para o "Resultado do exercício", conforme demonstrado a seguir.

Venda de energia	22.525
Pis/Cofins sobre energia	(2.084)
Depreciação	(1.101)
IR/CS corrente passivo	(5.517)
IR/CS diferido ativo	(1.768)
Total do impacto	12.056

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6 Participação em consórcio:** A Companhia participa com 70% no Consórcio UHE Baixo Iguaçu, liderado pela Geração Céu Azul, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação: • Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação; • O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia; • Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio UHE Baixo Iguaçu, levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, são sumarizados como segue:

	Balanços Patrimoniais	
	2022	2021
Ativo	2.328.127	2.373.647
Circulante	21.164	20.806
Não circulante	2.306.963	2.352.841
Passivo	2.328.127	2.373.647
Circulante	27.456	29.614
Não circulante	128.110	133.778
Patrimônio líquido	2.172.561	2.210.255
Demonstrações de Resultado	2022	2021
Despesas administrativas	(3.129)	(2.553)
Outras receitas e despesas operacionais	(63.370)	(63.235)
Recuperação de despesas	18.545	17.858
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(47.954)	(47.930)
Recuperação de despesas	2.308	5.047
Receitas financeiras	691	292
Despesas financeiras	(2.999)	(5.339)
Prejuízo do exercício	(47.954)	(47.930)

a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquadrado em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia	188.708	178.498
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE (nota 2.6.a)	30.950	1.776
Receita operacional bruta	219.658	180.274
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(29.537)	(22.978)
Receita operacional, líquida	190.121	157.296

3.1 Deduções de receita bruta

	2022	2021
Tributos	(20.318)	(16.675)
PIS e COFINS (nota 2.6.a)	(20.318)	(16.675)
Encargos setoriais	(9.219)	(6.303)
Outros encargos ⁽¹⁾	(9.219)	(6.303)
Total	(29.537)	(22.978)

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH);

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2022	2021
Compra para revenda	(18.552)	(14.041)
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(2.430)	(7.132)
Energia curto prazo – PLD e MRE	-	599
Ressarcimento do risco hidrológico – GSF (nota 11)	(83)	(88)
Outros	(21.065)	(20.662)
Subtotal	(42.130)	(42.334)
Créditos PIS e COFINS	1.999	1.946
Total	(40.131)	(40.388)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão	(23.733)	(20.694)
Encargos de rede básica	(23.733)	(20.694)
Subtotal	(23.733)	(20.694)
Créditos de PIS e COFINS	2.290	1.899
Total	(21.443)	(18.795)
Total dos custos com energia elétrica	(61.574)	(61.183)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2022		2021	
	Outras Receitas/Despesas de operação gerais e administrativas	Total	Outras Receitas/Despesas de operação gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(14)	(7.016)	(7.030)	(5)
Administradores	-	(457)	(457)	-
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(8.018)	(2.184)	(10.202)	(8.096)
Depreciação e amortização	(38.537)	-	(38.537)	(38.445)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(2.130)	(361)	(2.491)	(1.440)
Total	(48.699)	(10.018)	(58.717)	(47.986)

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros;

5.1 Serviços de Terceiros

	2022	2021
Serviços técnicos e Manutenções	(7.635)	(7.368)
Serviços jurídicos	(55)	(425)
Consultoria e auditoria	(424)	(435)
Uso da marca	(1.161)	(959)
Comunicação	(101)	(148)
Vigilância	(467)	(509)
Crédito PIS e COFINS	604	575
Outros serviços	(963)	(771)
Total	(10.202)	(9.658)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras	13.032	4.462
Renda de aplicações financeiras ⁽¹⁾	(616)	(209)
(-) Tributos sobre receita financeira	120	15
Outras receitas financeiras	12.536	4.268
Despesas Financeiras	(44.884)	(37.540)
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(1.934)	(3.514)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(1.961)	(4.082)
Taxas	(135)	(123)
Tributos	(309)	(187)
Outras despesas financeiras	(49.223)	(45.446)

Outros resultados financeiros, líquidos

Outras variações monetárias, líquidas	296	(51)
Total	296	(51)
Resultado financeiro líquido	(36.391)	(41.229)

(1) Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação;

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). São calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ) – 25% CSLL – 9%. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	54.504	21.267
Tributos sobre o lucro as alíquotas da legislação - 34% (nota 2.6.a)	(18.531)	(7.231)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	5.073	1.700
Incentivos fiscais	-	5
Outras adições (reversões) permanentes	(584)	(1.475)
Tributos sobre o lucro	(14.042)	(7.001)
Alíquota efetiva	26%	33%
Corrente	(10.551)	(4.735)
Diferido	(3.491)	(2.266)

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	8	3.582
Provisão para processos judiciais	8	8
PLR	327	322
Ressarcimento do Risco Hidrológico - GSF	(189)	(183)
Outros	92	-
Total	238	3.729
Ativo não circulante	238	3.729

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	Ativo	3.729
Efeitos reconhecidos no resultado (nota 2.6.a)	(3.491)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	238	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.995	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.729	-

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2022	2021
Ativo fiscal diferido	238	238
Efeito líquido	238	238

7.1.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos:** **7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	14	14
Programa de integração social - PIS	227	203
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.059	941
Impostos e contribuições retidos na fonte	257	926
Outros	1.905	217
Outros tributos a recolher	3.462	2.301
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.152	1.910
Outros	1.689	520
Encargos Setoriais	3.841	2.430
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.303	4.731
Circulante	5.399	3.583
Não Circulante	1.904	1.148

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	4.214	7.391
Fundos de Investimento	98.002	85.798
Total	102.216	93.189

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% (99,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. As aplicações financeiras da companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Itaú Salvador Fundo de Investimento e Bradesco Recife Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31 de dezembro de 2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi de 99,4% do CDI para o fundo BB Polo 28 (98,12% em 2021), 99,5% do CDI para o fundo Itaú Salvador (98,45% em 2021) e 99,63% do CDI para o fundo Bradesco Recife (99,73% em 2021).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022	2021
Recebevel	21.727	19.857
Fornecimento de energia	16.558	14.556
Terceiros	5.169	5.301
Partes relacionadas	4.514	-
Comercialização de energia na CCEE	-	-
Total	26.241	19.857

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022	2021
A vencer	21.727	19.857
1.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.		

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	2022	2021
Central de hidrelétricas	2,00%	16,70%
Construções e terrenos	2,00%	2,00%
Outros		

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.

CNPJ nº 09.136.819/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 20 de agosto de 2012, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado nos Municípios de Capanema e Capitão Leônidas, Estado do Paraná. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doce avos) do pagamento anual de R\$ 1.150, a partir da entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora da UHE ao 35º ano de concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período. A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.438
Valor de reposição estimado da concessão (11.412)	-
Atualização monetária	1.738
Pagamentos	(1.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.056
Circulante	1.728
Não circulante	17.328
Saldos em 31 de dezembro de 2020	27.967
Atualização monetária	4.020
Pagamentos	(1.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.438
Circulante	1.849
Não circulante	28.589

15. PROVISÕES, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Provisões para processos judiciais (nota 15.1)	2022	2021
Provisão para obrigações ambientais (nota 15.2)	84.568	84.989
	32.258	34.676
	116.826	119.665
Passivo circulante	13.562	17.070
Passivo não circulante	103.264	102.595

15.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:
a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	84.902	87	84.989
Adições e reversões, líquido	(6.073)	-	(6.073)
Atualização monetárias	5.652	-	5.652
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.481	87	84.568
Saldos em 31 de dezembro de 2020	73.021	87	73.108
Adições e reversões, líquido	(1.502)	-	(1.502)
Atualização monetárias	13.383	-	13.383
Saldos em 31 de dezembro de 2021	84.902	87	84.989

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos: (i) **Processos cíveis:** Referem-se a ações cíveis que versam sobre demandas fundiárias relacionadas aos imóveis atingidos pelo empreendimento, com expectativa de perda provável, no montante de R\$ 84.481 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 84.989 em 31 de dezembro de 2021). **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis (i)	7.919	10.395
Processos trabalhistas	2.413	2.178
Processos fiscais	1.222	1.496
	11.554	14.069

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Cíveis:** Referem-se a ações de desapropriação de terras. Esses valores são contabilizados contra terrenos, no ativo imobilizado por se tratar de desapropriação. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 7.919 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.395 em 31 de dezembro de 2021) em processos cíveis com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. c) **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	41.650	46.472
	41.650	46.472

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **15.2 Provisões ambientais:** Para a obtenção da licença de operação, IAP - Instituto Ambiental do Paraná, estipula condicionantes de investimentos que o consórcio deverá realizar ao longo da validade da licença. Dessa forma, a provisão refere-se aos custos dos programas ambientais e custos fundiários para devida manutenção da licença de operação do empreendimento. Adicionalmente, foram realizadas provisões referentes a questões relacionadas a finalização da construção da usina (Claim e aditivos de EPC). Os valores demonstrados refletem a melhor estimativa para provável desempenho. O processo de licenciamento ambiental foi iniciado em nome da Geração Céu Azul, porém, com a entrada da COPEL no projeto em 2013, foi realizada a transferência para o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - CEBI. Desta forma, em 04/02/2019 a Licença de Operação nº 35980 foi emitida em nome do CEBI com validade até 04/02/2023. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.676	
Pagamentos/Indenizações	(4.300)	
Atualização	1.882	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.258	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.558	
Pagamentos/Indenizações	(5.395)	
Atualização	3.513	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	34.676	

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social é de R\$ 1.255.820, correspondente a 1.255.820 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	Lote de mil ações		
	ÚNICA	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	1.255.820	100%	1.255.820
Total de ações em circulação	1.255.820	100%	1.255.820

a) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Geração Céu Azul S/A foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	40.462	14.266
Prejuízos acumulados	-	(6.292)
Reserva legal	(2.023)	(399)
Lucro líquido ajustado	38.439	7.575
Reserva de retenção de lucros	(23.516)	-
Lucro líquido a distribuir	14.922	7.575
Remuneração		
Mínima obrigatória ⁽¹⁾	9.610	1.894
Remuneração adicional	7.887	5.681
	17.497	7.575
Natureza da remuneração		
Dividendos	2.575	2.575
JCP	14.922	5.000
	17.497	7.575

(1) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF.

Os valores pagos aos acionistas da Geração Céu Azul S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração deliberado	Valor	Valor por ação (R\$)	ON
2022				
AGO de 29 de Abril de 2022	Dividendos adicionais	2.575	0,0020504531	
RCA de 21 de Junho de 2022	JCP	3.545	0,0028228568	
RCA de 23 de Novembro de 2022	JCP	11.377	0,0090594193	
		17.497		
2021				
RCA de 15 de Dezembro de 2021	JCP	5.000	0,0039814623	
		5.000		

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2022	2021
Saldos iniciais	4.250	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	2.575	-
Juros sobre o capital próprio declarados	14.922	5.000
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(2.238)	(750)
Saldos finais	19.509	4.250

16.2 Reservas de lucros: **16.2.1 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.2.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.3 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern	Venda de energia no ambiente regulado - CCEFFAR	IPCA	29 anos	2023	2.434	20.060
b)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Brasília, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Itapebi, Neoenergia Jalapaço, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Vale do Itajaí e Neoenergia Biguaçu	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2023	(547)	(6.100)
c)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	2 anos	Entre 2022 e 2023	1.160	13.658
d)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	IPCA	60 meses	2023	(616)	
e)	Neoenergia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROI ajustada	10 anos	2023	(1.161)	
f)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JCP a pagar	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(19.509)	

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.214	98.002	7.391	85.798
Contas a receber de clientes e outros	26.241	-	19.857	-
	30.456	98.001	27.248	85.798
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	7.951	-	6.662	-
Empréstimos e financiamentos	503.296	-	542.395	-
Passivo de arrendamento	-	-	31	-
Uso do bem público	19.056	-	27.967	-
Outros passivos financeiros	477	-	317	-
	530.779	-	579.843	-

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado. **18.2 Estimativa do valor justo** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.2 (e), (análise de sensibilidade). **a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	98.001	98.001	85.798	85.798

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	503.296	503.296	542.395	542.395

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **c) Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e **Valor justo por meio do resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos, montos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **d) Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **e) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos

17. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas a: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) compartilhamento de mão de obra; As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista
Ativo				
Contas a receber e outros (a)/(c)	5.169	-	5.301	-
Outros ativos	11	-	11	-
	5.180	-	5.301	-
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (c)/(d)/(e)	2.479	1.161	3.640	1.723
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (f)	-	19.509	-	4.250
Outros Passivos (b)	547	-	643	-
	3.026	20.670	23.696	2.366
				5.081
				7.447

17.2 Transações com partes relacionadas

	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista
Resultado do período				
Receita operacional líquida (a)/(c)	52.271	-	52.271	-
Custos dos serviços (c)/(d)	(26.119)	-	(26.119)	-
Despesas gerais e administrativas (b)/(e)	(6.100)	(1.161)	(7.261)	(6.214)
	20.052	(1.161)	18.891	(26.525)
				(831)
				25.694

em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa de exercí-cio	Saldo/Prova-vel (Saldo) No-cional	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	CDI	13,65%	119.233	15.136	(2.270)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos						
Divida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,37%	(525.844)	(48.115)	(5.813)
						(17.135)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 José Paulo Werberich - Presidente
 Titulares
 Juliano Pansanato de Souza
 Mariane Carvalho Medeiros
 Leonardo Pimenta Gadelha
DIRETORIA EXECUTIVA
 Marcelo José Cavalcanti Lopes - Diretor Presidente
 Renato de Almeida Rocha
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 Rodolfo Fernandes da Rocha
 Diretor de Planejamento e Controle
 Fabiano da Rosa Carvalho
 Diretor de Regulação
 Rachel Alves Pascale
 Contadora
 CRC-RJ-Nº 115915/O-3
 Luciana Maximino Maia
 Diretora de Contabilidade</